

TRÂNSITOS FRONTEIRIÇOS DE PESSOAS TRANSGÊNERAS: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

*Melissa Salinas Ruiz*¹

Resumo

Durante décadas os estudos sobre trânsitos migratórios conceberam os migrantes como uma massa uniforme. Essa perspectiva se fazia incapaz de compreender as peculiaridades da experiência migratória decorrentes dos recortes de gênero, raça, etnia, etc., razão pela qual cresceu o número de pesquisas destinadas a realizar essa análise. Esta proposta se justifica na lacuna teórica acerca dos trânsitos migratórios de pessoas transgêneros, entendidas como aquelas que não estão de acordo ao gênero que lhes foi socialmente imposto. Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar algumas questões referentes à migração de sujeitos transgêneros na contemporaneidade, especialmente diante do contexto pandêmico. Assim, inicia conceituando gênero, cisgênero e transgênero a partir de Butler (2004), Preciado (2004) e Jesus (2012). Logo, discute sobre as implicações de ser transgênero na atualidade, tomando por base o Brasil e os dados produzidos pela ANTRA (2021). Finalmente, recorre a Fonseca (2020) e Vale (2005) para tecer algumas considerações relacionadas à migração de pessoas transgêneros, expondo como a pandemia agudizou a segregação sofrida por essa população. Conclui que os fatores que influenciam a experiência migratória de transindivíduos são múltiplos, razão pela qual devem ser incentivadas pesquisas voltadas a compreendê-los. Apenas a partir desse trabalho poderá se articular a efetiva inserção social dos imigrantes transgêneros.

Palavras-chave: Migrações; gênero; transgênero; pandemia; fronteiras.

INTRODUÇÃO

Refletir acerca do cruzamento de fronteiras terrestres implica pensar em quem faz o fluxo migratório, isto é, no migrante. Segundo Assis e Kosminsky (2007) a categoria gênero costuma ser preterida nas investigações sobre fluxos migratórios, herança dos primeiros estudos sobre migração, nos quais migrantes femininas eram tidas como meras acompanhantes dos homens. As autoras afirmam que trabalhos sobre migração tendem a considerar as mulheres apenas em termos numéricos, ignorando a influência das questões de gênero nos fluxos migratórios.

¹ Bacharel em Direito e Letras, mestre e doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Similar perspectiva é compartilhada por Teixeira (2015, p.25), quem postula que “tradicionalmente, os estudos migratórios partem de pressupostos heterossexistas e genéricos: os migrantes são tratados como uma massa universal de sujeitos heterossexualizados e sem distinções de gênero, que migram apenas por questões econômicas”. O autor defende que é somente pela análise das interseções de sexualidade, gênero, raça e classe social que se podem compreender as reais motivações dos migrantes, as quais podem ir além da busca por melhores condições econômicas.

Ainda, pensar o gênero implica levar em consideração o crescente interesse acadêmico na realidade de pessoas transgêneros (RUIZ, 2022), entendidas como aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi socialmente atribuído (JESUS, 2012). Diante disso, observamos que são ainda mais escassas as investigações sobre migração que levam em conta o recorte da transgeneridade.

Este trabalho surge a partir dessa lacuna teórica, indagando-se acerca das questões relacionadas ao trânsito fronteiriço dessas pessoas adotando a concepção butleriana de gênero a fim de apontar o caráter fortemente normativo das noções contemporâneas de homem e mulher, além da possibilidade da dissidência de gênero (BUTLER, 2004).

A seguir detalharemos essa compreensão de gênero e suas implicações, justificando a importância desse recorte levar em consideração a transgeneridade. Logo, justificaremos a necessidade de adotar atualmente o recorte da transgeneridade nos estudos migratórios ao apresentar algumas problematizações decorrentes da interseção entre migração, transgeneridade e pandemia.

GÊNERO E TRANSGENERIDADE

Compreendendo gênero como o conjunto de mecanismos sociais que estabelecem normas e padrões socioculturais para definir “homem” e “mulher” a partir de parâmetros sexuais anatômicos pretensamente neutros (BUTLER, 2004) – convém recordar a lição de Donna Haraway (1991) acerca da necessidade de historicizar o sexo e a natureza –, articular os estudos migratórios à categoria gênero

implica ter ciência acerca de como diferem as experiências e motivações dos migrantes em função de sua identidade de gênero.

Ainda respaldando-nos em Butler (2004), se o que se entende por gênero, sexo e sexualidade resulta dos mecanismos socioinstitucionais que reforçam determinadas performances de gênero em detrimento de outras, adotar gênero como categoria de análise deve levar à reflexão também acerca daqueles considerados “dissidentes” de gênero.

Stryker (2017) propõe pensar nos padrões binários de gênero como fronteiras que estabelecem a cisgeneridade, isto é, a identificação com o gênero socialmente atribuído em função do genital (JESUS, 2012). A reflexão de Vale vai no mesmo sentido, afirmando que para pessoas transfemininas:

A primeira fronteira a ultrapassar é aquela que diz respeito ao gênero. Um momento crucial na trajetória de um travesti ou transgênero refere-se a uma compreensão distinta da feminilidade encontrada, por exemplo, em um homossexual afeminado (2005, p. 171).

Nesse âmbito, pessoas transgêneros são aquelas que “atravessam” as fronteiras de gênero, propondo novas maneiras de pensá-lo e vivenciá-lo. Também são chamadas de transexuais, embora não adotemos essa nomenclatura neste trabalho por seu estreito vínculo com conceitos patológicos da transgeneridade (RUIZ, 2022).

O prefixo “trans” para designar sujeitos que extrapolam a “correspondência” sexo/gênero remonta ao final do século XIX. O sexólogo alemão Magnus Hirschfeld (1868-1935) adotava o termo transexual psíquico para se referir a esses indivíduos, afirmando que suas condutas deveriam ser medicamente tratadas e não brutalmente reprimidas e criminalizadas, conforme acontecia na Alemanha da época. Essa leitura da transgeneridade como patologia, embora constituísse um avanço para seu tempo, imprimirá uma marca indelével na percepção social de pessoas transgênero, a qual repercute até os dias de hoje (STRYKER, 2017).

Segundo Bonassi (2017) a inscrição da transgeneridade na anormalidade se sustenta na sociedade ocidental contemporânea, principalmente, em três discursos:

religioso cristão, jurídico e biomédico. O mito da criação a partir de Adão e Eva institui o conceito de família monogâmica, heterossexual e cisgênero², também estabelecendo a superioridade do masculino sobre o feminino. Juridicamente, tem-se a generificação compulsória dos corpos ao nascer, além da forte tutela legal que recai sob os corpos trans, dificultando a alteração de seus documentos e estabelecendo rígidos parâmetros para procedimentos médicos de afirmação corporal. (COACCI, 2019) Por fim, embora a mais recente Classificação Internacional de Doenças (CID) deixe de considerar a transexualidade uma doença, reclassificando-a como condição pertinente à saúde sexual, tal não se faz suficiente para mitigar os efeitos patologizantes que resultaram de décadas de práticas em saúde voltadas para a correção de trans indivíduos (RUIZ, 2022).

Em razão disso, Jesus (2012) defende a importância da categoria cisgênero para desnaturalizar o *continuum* sexo-gênero-sexualidade que estrutura a sociedade ocidental contemporânea em sexualidades e gêneros dicotômicos, mutuamente excludentes e fortemente atrelado a papéis sociais fixos. Similarmente, Preciado (2004) afirma que a possibilidade de reconfiguração corporal está ao alcance de todos, seja através de intervenções cirúrgicas ou farmacológicas, sendo os usos sexuais do corpo maleáveis e subjetivos, já que são também construídos em sociedade. Consequentemente, aludir a sexualidades e identidades de gênero “naturais” seria uma falácia.

Um olhar mais minucioso sob a realidade contemporânea revela que o pensamento de Preciado (2004) é atual e que as tecnologias de sexo e gênero não são adotadas apenas pelos dissidentes de gênero. O autor exemplifica mencionando a pílula anticoncepcional, tecnologia bioquímica apta a transformar o corpo desde seu interior e que é largamente utilizada por mulheres cisgênero em todo o mundo.

Esse convite trans à desestabilização das normas de gênero não se dá sem consequências. No Brasil, por exemplo, organizações como a Associação Nacional de Transexuais e Travestis (ANTRA, 2021) apontam sérias violações aos direitos de pessoas transgênero, a exemplo de: expulsão escolar, falta de acesso à saúde,

² Cisgênero é a “pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi socialmente designado ao nascer devido a sua genitália” (RUIZ, 2022, p. 15).

exclusão do mercado de trabalho, agressões físicas e verbais, assassinatos etc. O quadro exposto se agrava diante da ausência de dados oficiais sobre transfobia³, resultado da inércia do Estado brasileiro, e dificultando a elaboração e implementação de políticas aptas a promover a efetiva inclusão da comunidade trans.

Contudo, é importante levar em conta que esse cenário de exclusão não se restringe à sociedade brasileira. Assim afirmam investigações como as de Teixeira (2008), Pelúcio (2011) e Vale (2005), nas quais sujeitos “trans” que migraram do Brasil rumo à Europa relatam a crueza da realidade enfrentada nos países de destino, onde além de serem estigmatizados por serem trans, sofrem segregação decorrente de sua raça, nacionalidade e condição de imigrantes.

Tendo em vista que a pandemia agravou as desigualdades sociais, a comunidade trans teve sua vulnerabilidade incrementada diante da crise sanitária e suas consequências econômicas, políticas e sociais (ANTRA, 2021). Portanto, além da importância de pensar os trânsitos migratórios levando em conta o recorte da transgeneridade, faz-se mister considerar as implicações da COVID-19 nesses deslocamentos.

MIGRAÇÕES TRANS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Entender as especificidades das migrações de pessoas transgênero no contexto contemporâneo implica na compreensão de como momentos de crise e instabilidade social afetam particularmente àqueles que já se encontravam vulnerabilizados. Pois, conforme detalhamos em tópico prévio, pensar a transgeneridade leva a discutir tanto acerca dos alicerces que sustentam o entendimento binário de sexo/sexualidade/gênero, quanto sobre as implicações de criar fissuras nesse sistema⁴.

Aludindo especificamente à pandemia decorrente da proliferação do vírus Sars-Cov-2, faz-se coerente falar em termos de intensificação das vulnerabilidades,

³ Lanz (2014, p. 141) define transfobia como a “discriminação, segregação, intolerância, exclusão e violência – real ou simbólica – de pessoas transgênero”.

⁴ É o sistema social que percebe o cisgênero como normalidade, o contraponto do “transgênero patológico” (RUIZ, 2022, p. 15).

a fim de negar a pretensão de que a pandemia seja a origem do quadro social de crise econômica, política e social (ANTUNES, 2020). Tais vulnerabilidades transparecem, por exemplo, na impossibilidade de seguir as recomendações sanitárias básicas estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde, diante da inviabilidade de permanecer em casa sem trabalhar a fim de cumprir quarentena ou distanciamento social (ANTRA, 2021).

Esse rápido exemplo nos permite começar a articular as questões migratórias – posto que ser migrante incrementa a vulnerabilidade social (PEIXOTO, 2020) –, em face da pandemia e da transgeneridade, podendo pensar dentro de alguns desdobramentos. A princípio, concebamos a pessoa transgênero imigrante diante da obrigatoriedade de permanecer isolada em sua residência. Caso seu sustento dependa de atividade de trabalho informal – na qual incluímos o trabalho sexual, fonte de renda de mais de 90% de pessoas transfemininas no Brasil (ANTRA, 2021) –, não há que se falar da possibilidade de manter distanciamento social, posto que é justamente este contato sua fonte de renda. Por outro lado, se a pessoa transgênero imigrante trabalhar de maneira formal, a ciência acerca das exigências do sistema econômico neoliberal (ANTUNES, 2020) e do aumento das demissões em decorrência da pandemia – Valadas et. al. (2014) denunciam que migrantes são os primeiros a serem demitidos em contextos de crise –, além da realidade da transfobia no mercado formal de trabalho (ANTRA, 2021), fazem com que seja impossível conciliar a rotina de trabalho ao cuidado com a própria saúde.

A partir desse exemplo podemos observar algumas das especificidades da migração de pessoas transgênero e como foram agravadas diante do contexto pandêmico. A frequente segregação dos corpos trans aos espaços de marginalidade acaba tornando o espaço do trabalho formal um ambiente praticamente inacessível, o qual resulta na necessidade de manter o vínculo empregatício a qualquer custo. À vista disso, transindivíduos acabam se sujeitando a circunstâncias que põe em risco sua saúde física e psicológica (RUIZ, 2022).

Ao explicar sobre a generificação dos espaços, Namaste (2006) enfatiza que aos dissidentes de gênero apenas é permitido existir em locais restritos, nos quais

sua presença não criará obstáculos à manutenção de uma sociedade fortemente centrada nos valores da família heterossexual, monogâmica e cisgênero. Do mesmo modo, Pelúcio (2007) afirma que “a noite” – entendida por ela como espaço temporal antropológico –, é o local por excelência das identidades transgênero, na qual tem liberdade para obter sua renda, construir afetos e prazeres.

As constatações das autoras não se referem especificamente a sujeitos trans migrantes, razão pela qual cabe a nós realizar essa interseção. Recorremos então a Ribeiro (2020) quem, em seu trabalho sobre migrantes bolivianos e bolivianas na cidade de São Paulo, observa como a fruição espacial do migrante – particularmente do indocumentado –, é limitada, situação agravada durante a pandemia. Conseqüentemente, a pessoa transgênero migrante tem sua livre circulação e fruição espacial restritas em razão de seu gênero, de sua condição de migrante e da pandemia.

Trazemos a discussão sobre os espaços permitidos a sujeitos “trans” para demonstrar a dificuldade que essas pessoas – na ampla maioria dos contextos –, enfrentam ao se inserir no mercado de trabalho, sejam migrantes ou não. Contudo, é razoável considerar que a vulnerabilidade se agrava quando pensamos em trabalhadores trans migrantes, uma vez que:

Todas as pessoas em situação de vulnerabilidade social estão expostas às consequências do trabalho precário e da falta de renda, que se agrava em consequência das ações para combate à pandemia covid-19. Esse não é um risco exclusivo de imigrantes e refugiados. Mas esse grupo especial apresenta especificidades quanto a sua condição de vida no país que os coloca potencialmente em situação de desfiliação social (BALTAR; BALTAR, 2020, p. 477).

Dentre as problemáticas enfrentadas por imigrantes, os autores chamam a atenção para a questão do idioma, considerada empecilho para aqueles que migram a locais onde a língua oficial é distinta da sua de origem. Segundo eles, o domínio do idioma local é determinante não somente para a empregabilidade dos indivíduos, mas para “se integrarem de forma mais plena na sociedade receptora” (BALTAR; BALTAR, 2020, p. 477).

Articulando o exposto pelos autores à questão da migração de pessoas transgênero, urge refletir acerca de qual a possibilidade de que se familiarizem com o idioma local, visto que deslocadas do contexto local de sociabilidades – conforme discutiremos adiante –, e provavelmente excluídas dos ambientes educacionais destinados a ensiná-lo. Afirmamos nesse sentido a partir de Louro (2004), quem denuncia as instituições de ensino como falsamente neutras em relação a gênero e sexualidade, resultando na reprodução de opressões cissexistas⁵ que segregam pessoas cisdivergentes⁶. Ainda, deve ser considerado que a referida barreira linguística impede “o acesso a serviços de proteção inerentes a pessoas não-cisheterossexuais” (FONSECA, 2020, p. 17).

Tal dificuldade de acesso à educação é também responsável pela pouca qualificação profissional de pessoas transgênero, seja no local de origem ou de destino, diminuindo sua empregabilidade. De acordo a Vale (2005), o desemprego é um dos fatores que impulsionam a migração de transindivíduos, razão pela qual é frequente o envolvimento de pessoas transgênero no mercado sexual transnacional. Nesse âmbito, embora haja ciência de que trabalhadores sexuais também enfrentam dificuldades nos locais de destino, o trânsito migratório de pessoas transfemininas rumo a Europa se mantém tanto pela expectativa de ganhos para além do âmbito econômico – convém mencionar que *europaia* é termo êmico utilizado para designar travestis e transexuais belas, glamurosas e letradas (TEIXEIRA, 2008) –, quanto pela falta de oportunidades vivenciada no país de origem.

Acerca do vínculo entre migração e prostituição, Piscitelli (2014) ressalta a frequência com que trabalhadores sexuais são penalizados pelas políticas que insistem em considerar qualquer migrante envolvido com o mercado sexual como necessariamente vítima de tráfico e exploração. Para a pesquisadora, equiparar o mercado sexual transnacional ao tráfico internacional de pessoas impede a

⁵ Cissexismo é a “ideologia resultante do binarismo ou dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas à gênero” (RUIZ, 2022, p. 15).

⁶ Cisdiversas são todas as identidades que extrapolam a cisgeneridade, a exemplo de travestis, pessoas não-binárias, *two-spirits*, etc. (RUIZ, 2022).

regulamentação do trabalho sexual, fomentando o estigma que recai sobre a atividade.

Sobre a origem das discussões acerca do tráfico feminino, assinala Kempadoo:

A perspectiva da ‘escravidão sexual feminina’ está historicamente ligada à Europa Ocidental e a América do Norte, e a movimentos reformistas de mulheres de classe média originários nessa parte do mundo. Emma Goldman, anarquista e firme defensora da autonomia sexual das mulheres, por exemplo, observou criticamente nas primeiras décadas do século vinte que a cruzada contra a escravidão branca, que se tornou sinônimo de uma campanha contra a prostituição, foi apoiada, quando não liderada por mulheres e movimentos reformistas da elite e da classe média da Europa Ocidental e dos EUA, que procuravam ‘salvar’ suas irmãs ‘decaídas’ de maneira paternalista. Essa posição feminista contra a prostituição impõe uma lógica particular burguesa e imperialista às primeiras campanhas contra o tráfico, e pode ainda ser encontrada no movimento contemporâneo das mulheres dos EUA, algumas das quais se alinham com ideologias e agendas políticas cristãs e conservadoras (2005, p. 59)

Essa influência moralizante dificulta a análise das circunstâncias de opressão em concreto, negando a agência(*agency*) de quem se prostitui e invisibilizando outras questões relacionadas ao movimento migratório impulsionado pelo mercado sexual transnacional, a exemplo da racialização dos corpos, das relações de colonialidade entre países, dos afetos entre os sujeitos etc. (PISCITELLI, 2007). Nesse sentido, se Kempadoo (2005) alude a um triplo estigma de “criminosa, puta e imigrante”, ao tratar de migrantes transgênero pode se pensar em um quarto estigma, referente à condição de não-cisgênero.

Ressaltamos que aludido estigma é perpetrado também por agentes estatais. Assim se percebe em investigações como as de Vale (2005), as quais demonstram que uma parcela relevante da violência sofrida por trabalhadores sexuais transgênero imigrantes advém das próprias autoridades policiais que deveriam resguardá-los.

Em âmbito nacional, Teixeira (2008) expõe que apenas a partir da atualização de 2005 – a qual substitui a expressão “mulheres” por “pessoas” –, o Código Penal brasileiro passa a pensar em pessoas transfemininas como potenciais vítimas de

tráfico internacional de pessoas. A partir disso, a autora problematiza dois aspectos que interferem na vida desses sujeitos:

(...) o primeiro, relacionado ao Código Penal Brasileiro, não contempla a possibilidade de que uma pessoa possa realizar a migração voluntária para trabalho sexual e/ou receber auxílio de outro e a realização desse desejo termina por criminalizar algumas estratégias de acionamento de redes sociais que são legitimamente acionadas em contextos fora da prostituição (...) o segundo, a paradoxal atuação de ONGs que atuam no combate ao tráfico e na proteção das vítimas no exterior. O não reconhecimento por parte das travestis de que são/foram exploradas/traficadas cria uma situação ambivalente, ora o discurso oficial empregado pelas ONGs coloca as travestis no lugar daquelas consideradas traficadas, exploradas e, portanto, necessitam de proteção ou as deslocam para a situação de “perigosas e bandidas” ao vincular a prostituição à marginalidade (indocumentadas) e à (des)ordem pública (TEIXEIRA, 2008, p. 279-280).

O exposto transparece tanto a necessidade de compreender as nuances da realidade vivenciada por transdivíduos para articular um efetivo combate às reais situações de tráfico, quanto a relevância de fomentar a criação de políticas aptas a integrar esses imigrantes aos contextos sociais de destino. Assim afirmamos com base no entendimento de que a integração nos países de destino abarca fatores como a possibilidade de legalização documental, trabalho digno, acesso à educação e saúde, bem como o incentivo à construção de um senso de comunidade, conforme enfatiza Ribeiro:

A dificuldade de acesso ao lazer e, sobretudo, àquele espaço que os reúne como comunidade, também amplia a vulnerabilidade de migrantes, uma vez que agrava a sensação de insegurança, aumenta o estresse e piora a qualidade de vida desses sujeitos (2020, p. 470).

De acordo com Annoni (2020, p. 325), apesar de a migração gerar “efeitos positivos na economia e na demografia, assim como no enriquecimento cultural e social, dos Estados de acolhimento”, é frequente a associação entre movimentos migratórios, ameaça e instabilidade social. No que tange especificamente ao fluxo migratório de pessoas trans, tal associação se agrava, visto que mais sujeitos a:

Situações de exploração e abuso sexual, tráfico humano, falta de proteção policial e militar, não acolhimento nos serviços básicos de saúde, insensibilidade dos agentes de migração e refúgio com a causa, ou melhor, com as pessoas em causa, a frequente exclusão social e familiar, o medo comum de falar sobre a orientação sexual e a identidade de gênero, a violência e o preconceito sofridos no local de origem e de destino, ameaças e perseguições ligadas à orientação sexual e identidade de gênero (FONSECA, 2020, p. 14).

Embora não mencionada no fragmento, cremos importante acrescentar a influência das opressões de raça na experiência do migrante, tomando por base tanto os dados da ANTRA (2021) – os quais, embora não tratem especificamente de migrantes, explicitam que a realidade da transfobia é mais gravemente vivenciada por corpos negros –, como afirmações de estudiosas a exemplo de Angela Davis (2016) e Kimberlee Crenshaw (2004) acerca da necessidade de articular as questões de gênero às raciais. No mesmo sentido, Peixoto afirma que:

Há muito que se sabe que o gênero, a idade, a classe social ou o grupo étnico-racial explicam as desigualdades de acesso a recursos. É menos lembrado que o estatuto migratório é também um dos principais eixos de desigualdade. O efeito é ainda mais gravoso quando, por via da interseccionalidade, se acumulam várias daquelas condições (...) (2020, p. 134)

As problemáticas expostas se agravam ao recordar que o contexto pandêmico intensificou as desigualdades sociais, gerando consequências que devem ser examinadas atentamente a fim de se desenvolverem as estratégias necessárias para saná-las. Nesse âmbito, torna-se ainda mais urgente incentivar investigações voltadas à experiência de migrantes transgênero, pois é necessário conhecer de que maneiras a pandemia os impactou para, a partir disso, agir para integrá-los efetivamente aos locais de destino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta proposta apresentamos alguns apontamentos pertinentes à compreensão das questões envolvidas nos trânsitos migratórios de pessoas transgênero. Para tanto, iniciamos discutindo acerca do conceito de gênero e seu forte caráter binário e normativo, o qual gera graves implicações para as identidades trans, compreendidas como aquelas que contrariam a essas expectativas de gênero. Tendo em vista que o *lócus* de nossa fala é o Brasil, partimos de dados referentes

ao contexto nacional para problematizar a experiência trans, porém cientes de que os discursos que alicerçam a patologização da transgeneridade reverberam em todas as sociedades ocidentais contemporâneas, em maior ou menor grau (KANDO, 2016).

A seguir, abordamos a relevância de pensar os trânsitos migratórios tendo em mente um recorte de gênero que leva em consideração a distinta experiência de corpos cis e corpos trans, especialmente no contexto da pandemia. Dada a escassez de literatura que trata especificamente sobre migração, transgeneridade e pandemia, construímos problematizações de maneira interdisciplinar, pondo em diálogo estudos sobre gênero, transgeneridade, migrações, sociologia do trabalho, pandemia, etc.

Desse modo, constatamos que o recorte da transgeneridade é capaz de agravar contextos de vulnerabilidade decorrentes da condição de imigrante na pandemia. Assim é possível aduzir a partir de estudos que apontam a dificuldade que pessoas transgênero têm de se inserir no mercado de trabalho formal nos locais de destino – o que se deve tanto à transfobia quanto à situação de indocumentadas (VALE, 2005) – e de investigações que indicam como a pandemia intensificou as vulnerabilidades vivenciadas pelos migrantes (PEIXOTO, 2020).

Tendo em vista a dificuldade social em aceitar transindivíduos fora dos ambientes urbanos marginalizados (NAMASTE, 2006), tem-se um acesso dificultado à saúde (ANTRA, 2021) ao lazer e à educação (LOURO, 2004), impedindo a efetiva integração do imigrante trans. Ainda, considerando quão frequente é o envolvimento de sujeitos trans migrantes com o mercado sexual transnacional, o estigma do trabalho sexual vulnerabiliza ainda mais a essa comunidade.

O quadro exposto almeja enfatizar o caráter complexo dos trânsitos migratórios de transindivíduos e como a transfobia atua para intensificar a segregação social. Portanto, esta proposta buscou apontar alguns eixos importantes para nortear a elaboração de políticas direcionadas aos migrantes trans e efetivamente capazes de atender suas necessidades e particularidades. Ainda, tendo em vista o vínculo entre migração e a busca de melhores condições de vida,

urge implementar também em âmbito nacional e local estratégias que permitam a transindivíduos efetiva inserção social em seus países e locais de origem.

REFERÊNCIAS

ANNONI, Danielle. Mulheres migrantes e pandemia: vulnerabilidades sobrepostas diante da securitização internacional de fronteiras. In: **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**/ Rosana Baeninger; Luís Renato Vedovato; Shailen Nandy (Coordenadores); Catarina von Zuben; Luís Felipe Magalhães; Paolo Parise; Natália Demétrio; Joice Domeniconi (Organizadores). – Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020.

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021 Disponível em: [dossie-trans-2021-29jan2021.pdf](https://wordpress.com/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf) (wordpress.com). Acesso em 20 jun. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; KOSMINSKY, Ethel V. Gênero e migrações contemporâneas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 695-697, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n3/a12v15n3.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

BALTAR, Cláudia S; BALTAR, Ronaldo. **Covid-19, distanciamento social e o risco de “desfiliação social”: refletindo sobre implicações e significados para os imigrantes internacionais a partir do Brasil e do Paraná**. In: **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**/ Rosana Baeninger; Luís Renato Vedovato; Shailen Nandy (Coordenadores); Catarina von Zuben; Luís Felipe Magalhães; Paolo Parise; Natália Demétrio; Joice Domeniconi (Organizadores). – Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020.

BONASSI, Brune Camillo. **Cisnorma: acordos societários sobre sexo binário e gênero. 2017**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/182706/349130.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jul. 2022.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

COACCI, Thiago. **Como funciona a despatologização na prática? Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/kvcFjrPHXYg8yXvRWT8SXnp/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: **VV.AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Editora Boitempo. São Paulo. 2016.

FONSECA, Nathália Antonucci. **Entrecruzamentos entre migração, gênero e sexualidade: experiências de vida de mulheres não-cisheterossexuais venezuelanas e solicitantes de refúgio**. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/43171540/_Disserta%C3%A7%C3%A3o_de_Mestrado_ENTRECRUZAMENTOS_ENTRE_MIGRA%C3%87%C3%83O_G%C3%8ANERO_E_SEXUALIDADE_experi%C3%AAs_de_vida_de_mulheres_n%C3%A3o_cisheterossexuais_venezuelanas_e_solicitantes_de_ref%C3%BAgio. Acesso em: 13 un. 2022.

HARAWAY, Donna. **Simians, cyborgs, and women**. The reinvention of nature. Routledge, New York, 1991.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_SOBRE_IDENTIDADE_DE_G%C3%8ANERO_CONCEITOS_E_TERMOS__2%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf?1355331649. Acesso em: 10 jul. 2022.

KANDO, Thomas. **The transsexual phenomenon in a changing culture**. 2016. Disponível em: http://tomkando.com/professional_publications.shtml. Acesso em: 20 jun. 2022.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **Cadernos Pagu**, n. 25, julho-dezembro, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644701>. Acesso em: 12 jun. 2022.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/31059/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Pre_conceito%20e%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20social.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NAMASTE, Viviane Ki. Genderbashing. Sexuality, Gender, and the Regulation of public space. In: STRYKER, Susan; WHITTNER, Stephen. **The transgender studies reader**. Routledge: New York, p. 584-600, 2006.

PEIXOTO, João. **O que nos ensina a pandemia sobre migrações internacionais? O caso português e o contexto mundial**. In: **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**/ Rosana Baeninger; Luís Renato Vedovato; Shailen Nandy (Coordenadores); Catarina von Zuben; Luís Felipe Magalhães; Paolo Parise; Natália

Demétrio; Joice Domeniconi (Organizadores). – Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na pele, na carne**: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/argu/v19n52/v19n52a5.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

PELÚCIO, Larissa. **Corpos indóceis** – a gramática erótica do sexo transnacional e as travestis que desafiam fronteiras. In: **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito/ Luiz Antônio Francisco de Souza, Thiago Teixeira Sabatine e Boris Ribeiro de Magalhães, organizadores. – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

PISCITELLI, Adriana. Corporalidade em confronto: brasileiras na indústria do sexo na Espanha. **RBCS**, v. 22, n. 64, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/RXL4cjNgJr4kgmzwBJdXj4f/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 04 jun. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Violências e afetos: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 42, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/XyGwWmnCMbzNYCXnjD5MCfN/?format=html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

PRECIADO, Paul B. “Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38118774002>. Acesso em: 17 jun. 2022.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RIBEIRO, Juliana Carvalho. **Covid-19 e distanciamento social: os desdobramentos da pandemia para a população migrante boliviana na RMBH-MG**. In: **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**/ Rosana Baeninger; Luís Renato Vedovato; Shailen Nandy (Coordenadores); Catarina von Zuben; Luís Felipe Magalhães; Paolo Parise; Natália Demétrio; Joice Domeniconi (Organizadores). – Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020.

RUIZ, Melissa Salinas. **Histórias de vida e trabalho de pessoas transgêneras em Foz do Iguaçu/PR**. 2022. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu/PR, 2022.

STRYKER, Susan. **Transgender History: the roots of today's revolution**. Second edition. Berkeley: Seal Press, 2017.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. **L'italia dei Divieti: entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição**. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 31, p.275-308, dez. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332008000200013&script=sci_arttext. Acesso em: 28 jun. 2022.

TEIXEIRA, Marcelo. "Metronormatividades" nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil. **Áskesis**, v. 4, n. 1, jan./jun. 2015, pp. 23-38.

VALADAS, Carla; GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos. **Quando o trabalho desaparece: imigrantes em situação de desemprego em Portugal**. Lisboa, ACM, 2014.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. **O vôo da beleza: travestilidade e devir minoritário**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2005. Disponível em: [tese_alexandre_fleming_camara_vale\(ufc.br\)](http://tese_alexandre_fleming_camara_vale(ufc.br)). Acesso em: 10 jun. 2022.